

Defesa

As euroforças e a Política Europeia de Defesa

João Paulo B. Costa

A União Europeia está a construir uma força de reacção rápida para a gestão de crises, que caminha para uma plena operacionalidade neste ano de 2003, e que se baseará não apenas em capacidades nacionais, mas também multinacionais. De que forma é que as Forças Multinacionais Europeias se posicionam hoje no quadro de desenvolvimento de uma política europeia de defesa e qual o seu contributo para esta nova força da União Europeia?

De que forma é que as Forças Multinacionais Europeias (FMEs) – também conhecidas por Euroforças – se posicionam hoje no quadro de desenvolvimento de uma política europeia de defesa e qual o seu contributo para esta nova força da União Europeia? A experiência da Eurofor e da Euromarfor – as únicas forças desta categoria em que Portugal actualmente participa –, seja em exercícios ou em operações reais, ilustram modalidades típicas de contribuição futura das Forças Multinacionais Europeias.

Enquadramento e âmbito de actuação das Forças Multinacionais Europeias

O conceito de Forças Multinacionais Europeias situa-se historicamente num contexto de reactivação e reforço operacional da União da Europa Ocidental (UEO), ocorrido em meados dos anos 90.

Com efeito, em Maastricht (Dezembro de 1991) foi traçado o posicionamento da UEO simultaneamente como a componente de defesa da UE e como um instrumento de reforço do pilar europeu da NATO. Foi nesse espírito que em Petersberg (Junho de 1992), foram colocadas à disposição da UEO – com vista à sua operacionalização – unidades militares nacionais, incluindo forças organizadas numa base multinacional e interarmadas. Deu-se então o aparecimento e desenvolvimento de diversas forças multinacionais, exclusivamente europeias – algumas das quais já existiam em quadros de cooperação bilaterais ou da NATO – mas que se tornaram numa categoria específica de forças susceptíveis de serem empregues sob o “chapéu” UEO – “Forces answerable to WEU”.

Em termos políticos, todas estas forças foram disponibilizadas para a UEO, podendo também ser utilizadas no quadro da NATO, servindo como instrumentos de reforço da Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD). Ficou igualmente definido que as forças seriam sobretudo activáveis para o desempenho de tarefas do tipo “Petersberg” (missões humanitárias, de evacuação, de manutenção e restabelecimento da paz), sem prejuízo dos respectivos compromissos de defesa colectiva dos Estados membros.

As Euroforças não possuem uma área geográfica pré-determinada de actuação. Além da UE e da NATO, estas forças podem ser inseridas em operações da ONU ou da OSCE, em operações autónomas ou como parte de uma coligação internacional. A Eurofor e Euromarfor, pelas suas características combinadas e conjuntas, estruturas de comando, níveis de prontidão e quadro de emprego, são dois exemplos típicos de como as Forças Multinacionais Europeias poderão estar em condições de corresponder aos novos requisitos exigidos em termos de capacidades de defesa europeia, nomeadamente no âmbito da FRR da UE.

A Eurofor e a Euromarfor

A Eurofor (terrestre) e a Euromarfor (aeronaval e anfíbia) foram criadas em 1995 pela Espanha, França e Itália e com a associação desde o seu início de Portugal (os Protocolos de Adesão foram assinados em Maio de 1996). Ambas as forças contam já com, pelo menos, uma situação relevante de emprego operacional e efectuem regularmente um leque variado de exercícios militares, destacando-se o exercício “EOLO” (bienal), combinando unidades da Eurofor e Euromarfor.

A Eurofor possui uma estrutura de comando permanente em Florença, que congrega perto de 100 efectivos, sobretudo oficiais, equitativamente repartidos pelos quatro países. Presentemente Portugal assume (até 2004) o comando da Eurofor. Em termos de forças, as unidades que compõem a Eurofor são forças on call, não estando, portanto, constituídas em permanência. O volume máximo de forças inicialmente previsto equivaleria ao de uma Divisão ligeira (até 10.000 efectivos), dependendo essa disponibilização das unidades identificadas e de necessidades específicas de emprego. Em matéria de emprego operacional, destaca-se a missão realizada pelo QG da Eurofor na Albânia, no âmbito da KFOR – Operação “Joint Guardian” (NATO), e que teve a duração de cinco meses (Novembro 2000/Abril 2001).

A Euromarfor possui uma estrutura de comando permanente (designada Célula Permanente, composta por um oficial de cada Estado membro), de rotação bienal de acordo com o país que assume o comando da Força (actualmente a Itália). Quanto à organização da Força, a Euromarfor é pré-estruturada e, como tal, para a execução de diversas tarefas é susceptível de reunir um volume variável de forças (frequentemente 4 navios), dependendo do tipo de missão a desempenhar. Em termos de actividade operacional, salienta-se o emprego da Euromarfor (Outubro/Novembro 2002) no âmbito da operação “Active Endeavour”, no Mediterrâneo Oriental. Tratou-se de um contributo enquadrado nos esforços de combate ao terrorismo internacional, tendo a força desempenhado tarefas de vigilância e de controlo marítimo, actuando exclusivamente debaixo das estruturas de comando da Euromarfor, mas em estreita cooperação e em apoio às forças navais dos EUA e NATO destacadas na área. A Euromarfor foi novamente activada em Janeiro de 2003, no âmbito da operação “Enduring Freedom” (Oceano Índico), para o desempenho de tarefas idênticas à operação anterior.

As Euroforças e o desenvolvimento das capacidades militares europeias

A evolução verificada nos anos mais recentes no contexto da segurança europeia e internacional, reflectida nas transformações em curso na UE e também na NATO, vieram recolocar na agenda europeia, em termos de capacidades, este conceito de Forças Multinacionais Europeias.

Assinalam-se, desde logo, e no que toca à União Europeia, a transferência das funções operacionais e de competências em matéria de gestão de crises da UEO para a UE, assim como os importantes desenvolvimentos na área da PESD ocorridos desde Saint-Malo e Helsínquia (designadamente relacionados com a prossecução do “Headline Goal”/FRR e dos objectivos de capacidades com vista à operacionalidade da UE em 2003). As Euroforças, que surgiram num quadro de operacionalização da UEO, passaram a ter um papel renovado num cenário de uma UE iminentemente operacional, enquadrando-se perfeitamente no espectro de missões a desempenhar pela União. Daí que se perceba que algumas das FMEs existentes sejam hoje igualmente disponibilizadas para a UE e especificamente catalogadas em termos militares.

No caso da UE, este conceito de FMEs encaixa adequadamente nos objectivos de operacionalidade estabelecidos (forças de actuação rápida), no tipo de operações de gestão de crises que a União poderá liderar (capacidade de projecção dentro do espectro

das missões de “Petersberg”) e nas dimensões e características das estruturas e demais recursos militares que os Estados membros poderão disponibilizar à UE.

Por outro lado, a transformação em curso na Aliança Atlântica – cujas estruturas de comando e de forças estão a ser revistas, e num momento em que a própria NATO se está a dotar de uma força de resposta rápida (NRF) – obriga igualmente a que se reflecta sobre as futuras modalidades de afectação das Forças Multinacionais Europeias nesse âmbito. Poderão aqui citar-se os exemplos do Eurocorpo e do Corpo Germano-Holandês, que já obtiveram as certificações necessárias para se candidatarem a QG’s de alta prontidão na estrutura de forças da NATO.

Um dos principais desafios que as FMEs têm pela frente é precisamente o de se poderem colocar à altura das novas necessidades de resposta rápida, quer na UE, quer também na NATO; será, a propósito, importante verificar de que forma as duas forças de actuação rápida (FRR e NRF) serão desenvolvidas em sinergia e como deverão conviver numa base de complementaridade.

Por outro lado, talvez a médio prazo, com a concretização dos alargamentos da UE e da NATO e a evolução do relacionamento entre as duas organizações (no seguimento da implementação prática dos arranjos UE/NATO, nomeadamente Berlim+) poder-se-á colocar o desenvolvimento das capacidades militares europeias num outro patamar, proporcionando nomeadamente um acréscimo de opções nesta matéria. Poderão, por exemplo, vir a surgir novas forças multinacionais ou verificar-se uma disponibilização de formações militares regionais simultaneamente para a UE e para a NATO.

As Euroforças representam um compromisso político comum que se traduz também numa cooperação militar mais estreita e especializada entre as Forças Armadas dos países que integram os agrupamentos multinacionais. Uma característica de relevo comum às FMEs prende-se com a participação equitativa dos Estados participantes ao nível das estruturas de comando (QG’s), onde a componente da multinacionalidade é mais visível. Trata-se de um aspecto que beneficia a posição dos pequenos e médios Estados que, nomeadamente em situações operacionais, dificilmente conseguiriam graus equivalentes de rentabilização militar e de visibilidade caso actuassem sozinhos.

A configuração das forças multinacionais e a experiência adquirida em exercícios ou operações permite melhorar os graus de reactividade de uma força face à emergência de uma crise; isso torna as Euroforças igualmente apetrechadas para fazer face aos novos

riscos e ameaças à segurança europeia e internacional, que hoje em dia requerem meios de resposta flexíveis e projectáveis.

Conclusões genéricas

Pode-se, em certa medida, estabelecer uma relação directa entre a criação das Euroforças e o desenvolvimento de uma política de defesa europeia, expressamente traduzida no reforço, em termos militares, de capacidades “geneticamente” europeias, combinadas e conjuntas.

Para a União Europeia, que não possui forças militares próprias nem uma estrutura de comando em permanência, as características das Euroforças revestem-se de especial significado na construção da PESD, nomeadamente como contributo específico para a operacionalização da sua FRR. São por esta via colocadas à disposição da UE forças projectáveis e modulares, de grande utilidade para uma força que se pretende de actuação rápida e em múltiplos cenários de crise, ao mesmo tempo que se reforçam as capacidades militares europeias em áreas “especializadas”.

As características e os resultados práticos retirados da experiência já adquirida por algumas das Forças Militares Europeias, ilustrados pelos exemplos da Eurofor e Euromarfor, parecem demonstrar que as Euroforças estarão em posição de corresponder a futuros desafios da defesa europeia.

Falar hoje sobre um novo enquadramento das Euroforças significa também falar de uma utilidade renovada do seu quadro de emprego, significativamente flexível, não apenas no âmbito da UE e da NATO, mas também em eventuais missões autónomas ou no seio de coligações internacionais. Estas são áreas concretas por onde poderá passar a sua futura utilização e rentabilização, traduzidas em formas multifacetadas de empenhamento operacional.

Todos estes elementos permitem que os Estados participantes, especialmente aqueles de pequena e média dimensão, rentabilizem as suas capacidades nacionais, aproveitando economias de escala, valorizando as suas Forças Armadas e dispondo de um mais distinto grau de visibilidade, aspectos que poderão assumir, a prazo, um interesse renovado com a concretização dos próximos alargamentos da União Europeia e da Aliança Atlântica.